

PROVA DE CONHECIMENTOS GERAIS - Questões de 1 a 25

Para responder a essas questões, identifique APENAS UMA ÚNICA alternativa correta e marque a letra correspondente na Folha de Respostas.

LÍNGUA PORTUGUESA — Questões de 1 a 8

QUESTÕES de 1 a 3

Texto:

Linguagem clara aproxima o poder público do cidadão

A comunicação entre o poder público e a população não se completa com a simples divulgação de uma informação. Para cumprir sua finalidade, a mensagem precisa ser compreendida por quem necessita dela. Por isso, a linguagem simples procura apresentar o conteúdo de modo claro, direto e organizado, sem eliminar informações necessárias nem tratar o cidadão de maneira infantilizada.

- 5 Em documentos, avisos e orientações, a escolha de palavras conhecidas, a organização das ideias e a apresentação inicial das informações mais importantes facilitam o acesso aos serviços públicos. Essa forma de comunicação também pode reduzir dúvidas, erros e retrabalho no atendimento.

Comunicar com clareza, portanto, não significa apenas encurtar textos. Significa considerar as necessidades do destinatário e criar condições para que ele compreenda a informação, tome decisões e exerça seus direitos.

- 10 Nesse sentido, uma mensagem pública só alcança plenamente seu objetivo quando se transforma em informação efetivamente acessível.

BRASIL. **Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos**. Linguagem simples. Brasília, DF: Portal do Servidor, [s.d.]. Disponível em: <gov.br/servidor>. Acesso em: 27 jul. 2026. Adaptado.

QUESTÃO 1

A reflexão desenvolvida no texto sustenta que a qualidade da comunicação pública depende, fundamentalmente,

- A) da simplificação lexical dos documentos, desde que sejam mantidas as informações indispensáveis ao cidadão.
- B) da adequação da mensagem às condições de compreensão do destinatário, de modo que a informação possa produzir efeitos concretos em sua relação com o poder público.
- C) da redução da extensão dos textos administrativos, associada à apresentação imediata das orientações consideradas prioritárias.
- D) da substituição da linguagem técnica por formas mais usuais de expressão, a fim de ampliar a proximidade entre servidores e população.
- E) da organização objetiva das informações públicas, ainda que a interpretação final permaneça sob responsabilidade exclusiva do destinatário.

QUESTÃO 2

Ao distinguir linguagem simples de mera redução textual, o texto estabelece que a clareza na comunicação pública resulta

- A) da eliminação de informações acessórias, ainda que essa escolha limite a autonomia interpretativa do cidadão.
- B) da substituição de construções formais por estruturas informais, desde que a mensagem se torne mais próxima do leitor.
- C) da concentração das informações em enunciados breves, capazes de reduzir o tempo necessário para sua leitura.
- D) da articulação entre seleção lexical, organização das ideias e consideração das necessidades do destinatário, sem prejuízo do conteúdo necessário.
- E) da apresentação inicial das informações principais, independentemente da forma como os demais conteúdos sejam organizados.

No último parágrafo, o emprego da expressão "portanto" contribui para a organização do texto porque

- A) introduz uma ressalva à ideia de que a linguagem simples favorece o acesso do cidadão às informações públicas.
- B) estabelece uma conclusão decorrente dos argumentos apresentados anteriormente, reforçando que a clareza depende da compreensão efetiva da mensagem.
- C) acrescenta uma informação independente das ideias anteriores, ampliando a discussão sobre a comunicação entre o Estado e a população.
- D) exemplifica uma situação específica em que a linguagem simples pode ser utilizada na elaboração de documentos oficiais.
- E) retoma uma informação mencionada no início do texto para enfatizar a importância da redução da extensão dos textos administrativos.

QUESTÕES de 4 a 6

Texto:

Inclusão digital: acesso, autonomia e segurança

Nas últimas décadas, a ampliação dos serviços digitais transformou a forma como cidadãos acessam informações, solicitam documentos, realizam pagamentos e utilizam diversos serviços públicos e privados. Essa mudança trouxe mais rapidez e ampliou as possibilidades de comunicação entre instituições e sociedade. Entretanto, o simples crescimento da oferta desses serviços não garante que todas as pessoas consigam utilizá-los de maneira efetiva.

A exclusão digital permanece como um desafio em diferentes regiões do país. Além da falta de acesso à internet ou a equipamentos adequados, muitas pessoas encontram dificuldades para compreender o funcionamento das plataformas, identificar informações confiáveis ou utilizar ferramentas digitais com autonomia. Fatores como escolaridade, renda, idade e desigualdades sociais influenciam diretamente essa realidade.

Outro aspecto relevante é o aumento dos golpes praticados por meios eletrônicos. Mensagens falsas, páginas fraudulentas e tentativas de obter dados pessoais exigem que os usuários desenvolvam habilidades para reconhecer situações de risco e proteger suas informações. Nesse contexto, promover inclusão digital significa ampliar o acesso às tecnologias, fortalecer o letramento digital e incentivar práticas de segurança que permitam o exercício pleno da cidadania na sociedade contemporânea.

BRASIL. **Secretaria Nacional do Consumidor** (SENACON). Orientações sobre prevenção a fraudes e golpes digitais. Brasília, DF. Adaptado.

A argumentação desenvolvida no texto permite concluir que a inclusão digital

- A) depende principalmente da ampliação da infraestrutura tecnológica, pois o acesso aos equipamentos e à internet constitui condição suficiente para que os cidadãos utilizem os serviços digitais com autonomia.
- B) relaciona-se ao acesso às tecnologias, mas pressupõe também o desenvolvimento de competências para utilizar recursos digitais de forma crítica, segura e compatível com as demandas da vida em sociedade.
- C) tornou-se uma consequência natural da expansão dos serviços digitais, reduzindo progressivamente as desigualdades relacionadas ao uso das tecnologias da informação.
- D) concentra-se na prevenção de golpes eletrônicos, uma vez que os problemas decorrentes da falta de acesso às tecnologias tendem a desaparecer com a digitalização dos serviços públicos.
- E) resulta prioritariamente da capacidade individual de adaptação às novas tecnologias, independentemente das condições sociais, econômicas e educacionais dos diferentes grupos da população.

Considere o trecho:

"Além da falta de acesso à internet ou a equipamentos adequados, muitas pessoas encontram dificuldades para compreender o funcionamento das plataformas, identificar informações confiáveis ou utilizar ferramentas digitais com autonomia."

Sem alteração relevante do sentido original e em conformidade com a norma-padrão, esse trecho pode ser reescrito como:

- A) A dificuldade para compreender as plataformas e identificar informações confiáveis impedem que muitas pessoas tenham acesso à internet e obtenham equipamentos adequados.
- B) Embora muitas pessoas tenham dificuldades para compreender as plataformas digitais, a falta de acesso à internet e a equipamentos adequados favorece o uso autônomo dessas ferramentas.
- C) Às limitações de acesso à internet ou a equipamentos adequados somam-se, para muitas pessoas, dificuldades de compreender as plataformas, identificar informações confiáveis e utilizar ferramentas digitais com autonomia.
- D) A falta de acesso à internet e a equipamentos adequados são decorrentes das dificuldades que muitas pessoas apresentam para compreender as plataformas e utilizar ferramentas digitais.
- E) Muitas pessoas encontram dificuldades para compreender as plataformas digitais, de modo que o acesso à internet e a equipamentos adequados deixam de contribuir para sua autonomia.

Considerando sua forma de organização, a linguagem empregada e a finalidade comunicativa, o texto caracteriza-se como predominantemente expositivo porque

- A) apresenta orientações sequenciadas para que o leitor reconheça mensagens fraudulentas e execute procedimentos de proteção de seus dados pessoais.
- B) comunica uma ocorrência recente relacionada aos serviços digitais, situando os fatos no tempo e identificando os agentes envolvidos no acontecimento.
- C) expõe aspectos da inclusão digital e articula informações para ampliar a compreensão do leitor sobre um problema de interesse coletivo.
- D) regulamenta o acesso da população aos serviços digitais, estabelecendo obrigações para os usuários e responsabilidades para as instituições públicas.
- E) relata uma experiência individual de exclusão digital, empregando impressões pessoais para aproximar o leitor das dificuldades enfrentadas pelo narrador.

Texto:



BRASIL. Controladoria-Geral da União. **Um por Todos e Todos por Um! Pela Ética e Cidadania**: Cidadania (tirinha). Brasília: Controladoria-Geral da União; Ministério da Educação 2013. Material educativo produzido em parceria com o Instituto Maurício de Sousa. Disponível no programa Um por Todos e Todos por Um! (UPT).

A construção do humor na tirinha decorre principalmente do fato de que uma das personagens

- A) demonstra desconhecer completamente o significado dos conceitos de direito e dever apresentados pelos colegas.
- B) interpreta a ideia de cidadania de forma incoerente, ao reivindicar como direito um interesse exclusivamente pessoal.
- C) modifica o tema da conversa para discutir a importância da alimentação saudável durante a convivência escolar.
- D) questiona a necessidade de preservar a limpeza dos espaços públicos diante das dificuldades enfrentadas pelos cidadãos.
- E) reconhece a importância do cumprimento dos deveres, mas argumenta que eles devem ser exigidos apenas dos adultos.

Na sequência das falas, a passagem das expressões “nossos direitos”, “nosso direito” e “nosso dever” para “o meu direito” contribui para

- A) associar o exercício da cidadania ao cumprimento de regras coletivas, mas desconsidera a existência de direitos individuais nas relações sociais.
- B) reconhecer a importância dos deveres públicos, porém entende que a manutenção dos espaços comuns depende prioritariamente da atuação do Estado.
- C) valorizar o respeito às normas sociais, mas substitui a cooperação entre os cidadãos pela cobrança de comportamentos individuais.
- D) considerar a limpeza dos espaços públicos uma responsabilidade compartilhada, embora rejeite a participação de crianças nesse processo.
- E) deslocar a discussão do plano coletivo para o interesse particular, produzindo o efeito crítico que encerra a tirinha.

* * *

QUESTÃO 9

Considerando as seguintes regras estabelecidas em um setor administrativo acerca da participação de servidores em um curso de capacitação:

- Todo servidor que participa do curso entrega o relatório final.
- Nenhum servidor que deixa de entregar o relatório recebe certificado.
- O servidor X participou do curso.

Nessas condições, identifique a conclusão logicamente necessária:

- A) O servidor X recebeu certificado.
- B) O servidor X entregou o relatório final.
- C) Todo servidor que entrega o relatório participou do curso.
- D) Nenhum servidor sem certificado participou do curso.
- E) Apenas servidores certificados participam do curso.

QUESTÃO 10

Em uma ação de fiscalização, uma empresa foi autuada com multa de R\$ 2.000,00. A norma aplicável estabelece que em caso de pagamento após o vencimento, incide acréscimo de 10% sobre o valor da multa e se o pagamento ocorrer, ainda assim, à vista no prazo de regularização, aplica-se desconto de 20% sobre o valor já acrescido.

Considerando que a empresa efetuou o pagamento após o vencimento, mas à vista dentro do prazo de regularização com direito ao desconto, o valor final pago foi de:

- A) R\$ 1.600,00
- B) R\$ 1.760,00
- C) R\$ 1.800,00
- D) R\$ 1.960,00
- E) R\$ 2.160,00

QUESTÃO 11

Em uma operação de manutenção urbana, 6 equipes, com 4 agentes em cada uma, realizam a limpeza de 18 ruas em 5 dias, trabalhando 6 horas por dia. Mantidas as mesmas condições de produtividade individual, se a administração passar a contar com 8 equipes, com 3 agentes em cada uma, trabalhando 10 dias e 9 horas por dia, o número de ruas que poderão ser limpas será:

- A) 36
- B) 45
- C) 48
- D) 54
- E) 60

QUESTÃO 12

Um valor utilizado em determinado serviço municipal sofreu duas alterações sucessivas: inicialmente, recebeu um acréscimo de 20% sobre o valor original; em seguida, foi reduzido em 20% sobre o valor já reajustado.

A afirmação de que essas alterações fazem o valor retornar ao seu montante inicial está

- A) correta, pois percentuais iguais de acréscimo e redução anulam seus efeitos.
- B) correta, pois a redução de 20% incide sobre o valor original.
- C) incorreta, pois o valor final corresponde a 80% do valor inicial.
- D) incorreta, pois o valor final corresponde a 100% do valor inicial.
- E) incorreta, pois o valor final corresponde a 96% do valor inicial.

* * *

QUESTÃO 13

Durante o processo de informatização dos serviços de uma Prefeitura Municipal, a equipe técnica da Diretoria de TI realizou o inventário dos recursos computacionais utilizados pelos agentes de fiscalização. No relatório final, foram listados os seguintes elementos:

1. Monitores operacionais e coletores eletrônicos de dados de campo;
2. Sistemas operacionais e aplicativos de emissão de autos de infração;
3. Discos rígidos e unidades de armazenamento dos servidores da prefeitura.

Ao classificar esses elementos segundo a arquitetura básica de computadores, o técnico responsável concluiu corretamente que

- A) os itens 1 e 3 constituem hardware, por serem componentes físicos, enquanto o item 2 constitui software, por representar os componentes lógicos e programas.
- B) os itens 1 e 2 constituem hardware, por estarem diretamente acessíveis ao usuário, enquanto o item 3 constitui software, por ficar restrito ao ambiente de servidor.
- C) o item 1 constitui hardware, o item 2 constitui software e o item 3 é uma categoria intermediária que não se enquadra nas definições clássicas da informática.
- D) os itens 2 e 3 constituem software, por se relacionarem ao processamento e armazenamento de dados, enquanto o item 1 constitui hardware.
- E) os três itens constituem software, pois todos dependem de rotinas de processamento lógicas para operar no ambiente municipal.

QUESTÃO 14

Os navegadores de internet desempenham papel central na mediação entre o usuário e os conteúdos disponíveis na rede, sendo responsáveis por interpretar códigos, gerenciar conexões e armazenar informações que influenciam a experiência de navegação, como cache, cookies e dados de sessão.

KUROSE, James F.; ROSS, Keith W. **Redes de computadores e a Internet**: uma abordagem top-down. 6. ed. São Paulo: Pearson, 2013. Adaptado.

Considere que um usuário acessa repetidamente um sistema online por meio de um navegador. Após realizar alterações em seu perfil na plataforma, percebe que, ao retornar posteriormente, as informações exibidas continuam desatualizadas, mesmo após novo acesso ao sistema. Ao tentar acessar a mesma página em outro navegador, as informações aparecem corretamente atualizadas.

Considerando o funcionamento dos navegadores de internet, a ação adequada para resolver o problema descrito no primeiro navegador consiste em

- A) desativar a conexão com a internet e reiniciar o navegador, forçando a atualização automática dos dados armazenados.
- B) limpar os dados de navegação, incluindo cache e cookies, de modo a eliminar versões armazenadas localmente da página.
- C) alterar o mecanismo de busca padrão do navegador, garantindo que a página seja carregada a partir de servidores atualizados.
- D) instalar uma extensão de segurança no navegador, impedindo o carregamento de conteúdos desatualizados.
- E) modificar o endereço da página acessada, substituindo o protocolo HTTP por HTTPS para garantir a atualização das informações.

QUESTÃO 15

A segurança da informação em ambientes digitais envolve a identificação de ameaças que exploram tanto vulnerabilidades técnicas quanto comportamentos dos usuários. Ataques contemporâneos frequentemente combinam engenharia social, manipulação de credenciais e mecanismos automatizados de coleta de dados, tornando insuficiente a adoção de medidas isoladas de proteção.

STALLINGS, William. **Criptografia e segurança de redes: princípios e práticas**. 7. ed. São Paulo: Pearson, 2017. Adaptado.

Considere a seguinte situação: um servidor público recebe um e-mail aparentemente enviado por um serviço institucional conhecido, solicitando a atualização urgente de sua senha sob pena de bloqueio de acesso. O e-mail contém um link que direciona para uma página visualmente idêntica ao portal oficial. Após inserir suas credenciais, o usuário percebe que não houve qualquer atualização no sistema. Dias depois, sua conta é utilizada para envio de mensagens indevidas a outros usuários da instituição.

A análise técnica da situação descrita, considerando os mecanismos envolvidos no incidente, indica que

- A) ocorreu a ação de um vírus que, ao ser executado automaticamente pelo navegador, capturou as credenciais do usuário sem necessidade de interação direta.
- B) houve falha no sistema de criptografia da instituição, permitindo que a senha fosse interceptada durante sua transmissão legítima.
- C) trata-se de um ataque de phishing, no qual o usuário foi induzido a fornecer suas credenciais em uma página fraudulenta.
- D) o incidente decorre exclusivamente da fragilidade da senha utilizada, sendo irrelevante a origem do link acessado pelo usuário.
- E) trata-se de um ataque de negação de serviço, no qual o sistema foi sobrecarregado, resultando no comprometimento das contas institucionais.

Durante a rotina administrativa, um servidor recebeu por e-mail a solicitação de encaminhar ao setor competente um relatório acompanhado de fotografias, planilhas e um documento em PDF. Antes do envio, organizou os arquivos, adotou nomes que permitiam identificá-los e conferiu se correspondiam aos documentos solicitados.

Para encaminhar corretamente os arquivos e preservar a organização da comunicação, o servidor deve

- A) criar uma nova mensagem, anexar os documentos e excluir o e-mail da pasta “Enviados” após confirmar o encaminhamento.
- B) responder à mensagem recebida, manter o assunto e o histórico, identificar os documentos anexados, conferir os destinatários e preservar o e-mail enviado.
- C) responder à solicitação e incluir no campo “Com cópia” todos os endereços institucionais conhecidos, facilitando o acesso aos documentos.
- D) encaminhar os arquivos ao remetente da solicitação, mesmo que outro setor tenha sido indicado como destinatário, deixando-lhe a distribuição interna.
- E) substituir o assunto original por uma expressão genérica e retirar o histórico da mensagem, permitindo sua utilização em outros encaminhamentos.

* * *

QUESTÃO 17

O Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial 2024 apontou que 108 países estavam classificados como economias de renda média ao final de 2023. Desde a década de 1990, porém, apenas 34 economias desse grupo conseguiram alcançar a condição de alta renda. Para enfrentar a chamada “armadilha da renda média”, o Banco Mundial recomenda estratégias graduais, combinando investimento, incorporação e difusão de tecnologias e, nos estágios mais avançados, inovação. A escolha dessas estratégias deve considerar o nível de desenvolvimento e as condições institucionais de cada país.

BANCO MUNDIAL. **Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial 2024**: a armadilha da renda média. Washington, DC: Banco Mundial, 2024. Adaptado.

A análise apresentada no relatório indica que

- A) as estratégias de desenvolvimento devem ser adaptadas às condições econômicas e institucionais dos países, combinando diferentes instrumentos conforme o estágio alcançado.
- B) os países de renda média alcançam níveis elevados de renda quando concentram suas políticas exclusivamente na ampliação dos investimentos internos.
- C) a incorporação de tecnologias estrangeiras deve substituir os investimentos produtivos nos países que ainda não atingiram níveis elevados de renda.
- D) a inovação constitui a primeira medida a ser adotada por qualquer economia, independentemente de sua estrutura produtiva e de seu nível de desenvolvimento.
- E) a passagem para o grupo de alta renda ocorre naturalmente com o crescimento econômico, sem exigir mudanças nas políticas e nas instituições nacionais.

QUESTÃO 18

A Estratégia Nacional de Governo Digital orienta que os serviços públicos digitais sejam inclusivos, acessíveis e organizados de modo a considerar as desigualdades sociais e as barreiras enfrentadas pelos cidadãos.

BRASIL. Decreto nº 12.069, de 21 de junho de 2024. Dispõe sobre a Estratégia Nacional de Governo Digital e a Rede Nacional de Governo Digital. Brasília, DF: Presidência da República, 2024. Arts. 8º e 9º. Adaptado.

Considere que um ente federativo passou a oferecer determinado serviço público exclusivamente por um único canal digital. O procedimento era igual para todos os cidadãos, mas

avaliações posteriores revelaram índices menores de acesso entre grupos socialmente vulneráveis.

Considerando a diferença entre igualdade formal e igualdade material, essa política

- A) concretiza a universalidade dos direitos, pois a utilização do mesmo canal assegura condições equivalentes de atendimento.
- B) promove a igualdade material, pois a uniformização dos procedimentos impede privilégios na prestação do serviço público.
- C) preserva a efetividade do direito, pois as diferenças de utilização não alteram a disponibilidade jurídica do serviço.
- D) assegura igualdade formal de acesso, mas não garante sua efetivação material, por desconsiderar as barreiras enfrentadas pelos grupos vulneráveis.
- E) transfere adequadamente aos cidadãos a responsabilidade pela adaptação às tecnologias utilizadas na modernização do Estado.

QUESTÃO 19

As transformações recentes no contexto socioeconômico brasileiro têm sido marcadas por dinâmicas simultâneas de expansão do acesso a bens e serviços e persistência de desigualdades sociais estruturais. Nesse cenário, observam-se mecanismos de inclusão econômica e formas renovadas de vulnerabilidade social, especialmente em contextos de instabilidade do mercado de trabalho e de heterogeneidade regional.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira 2024. Rio de Janeiro: IBGE, 2024. Adaptado.

A partir das informações contidas no texto e dos conhecimentos sobre a formação social e econômica do Brasil, o contexto socioeconômico brasileiro se caracteriza essencialmente pela manutenção da

- A) ampliação do mercado consumidor como principal mecanismo de integração social, acompanhada de redução gradual das diferenças de renda e de acesso a oportunidades entre grupos e regiões.
- B) integração progressiva das diferentes regiões brasileiras, impulsionada pela expansão do crédito e dos serviços, ainda que persistam desigualdades pontuais no mercado de trabalho.
- C) coexistência entre avanços na inclusão econômica e desigualdades estruturais, que se manifestam sob novas formas diante da instabilidade do mercado de trabalho.
- D) concentração das vulnerabilidades sociais nos trabalhadores inseridos em ocupações informais, enquanto as desigualdades regionais perdem relevância diante da integração econômica nacional.
- E) dependência da redução das desigualdades em relação aos períodos de crescimento econômico, nos quais a expansão do emprego e do consumo distribui-se de maneira socialmente equilibrada.

Texto I

O realismo capitalista manifesta-se na percepção de que as formas atuais de organização econômica e social seriam as únicas possíveis. Nesse contexto, mudanças tecnológicas podem parecer inevitáveis, embora sua utilização resulte de escolhas políticas, institucionais e coletivas.

FISHER, Mark. **Realismo capitalista**. São Paulo: Autonomia Literária, 2020. Adaptado.

Texto II

A inteligência artificial generativa pode aumentar a produtividade e transformar diferentes ocupações. Seus efeitos sobre o trabalho, entretanto, dependem das políticas públicas, da qualificação profissional e das decisões tomadas por empresas e governos durante sua adoção.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). Um em cada quatro empregos serão transformados pela inteligência artificial generativa, de acordo com novo índice da OIT e do NASK. Genebra: OIT, 20 maio 2025. Adaptado.

A análise conjunta dos textos indica que as transformações provocadas pela inteligência artificial no mercado de trabalho

- A) podem reproduzir desigualdades e formas de exploração existentes, conforme as escolhas que orientem a incorporação da tecnologia às relações de trabalho.
- B) reduzem a influência das decisões institucionais, pois os recursos tecnológicos passam a determinar a organização das atividades profissionais.
- C) resultam de uma evolução autônoma da tecnologia, independente das condições históricas, sociais e políticas de cada sociedade.
- D) tendem a igualar as condições de inserção profissional à medida que o aumento da produtividade gera novas ocupações.
- E) substituem progressivamente a regulação das relações de trabalho por critérios de eficiência técnica e inovação.

* * *

QUESTÃO 21

Considere que durante a tramitação de pedidos de licença administrativa no Poder Executivo municipal, um servidor efetivo responsável pela conferência documental recebeu de um vereador a solicitação de que determinado processo fosse analisado antes dos demais, sob o argumento de que o interessado havia colaborado com atividades comunitárias promovidas pelo parlamentar.

O vereador acrescentou que, por integrar um dos Poderes do Município, poderia orientar diretamente o trabalho do servidor. Não havia previsão legal de prioridade para o processo nem ordem formal expedida pela chefia administrativa competente.

A partir da organização dos Poderes, os princípios da Administração Pública e os deveres funcionais do servidor, a conduta correta consiste em

- A) atender à solicitação, porque o vereador exerce função pública representativa e possui legitimidade para intervir na organização interna dos serviços municipais.
- B) encaminhar o processo para análise prioritária, desde que registre nos autos que a providência decorreu de solicitação formulada por membro do Poder Legislativo.
- C) manter a tramitação segundo os critérios administrativos aplicáveis aos demais processos, recusar a interferência funcional indevida e comunicar a ocorrência à autoridade competente.
- D) suspender imediatamente todos os processos semelhantes até que o Poder Legislativo delibere formalmente sobre os critérios de prioridade administrativa.
- E) cumprir a orientação do vereador e, posteriormente, solicitar à chefia do órgão a convalidação da alteração da ordem de análise.

QUESTÃO 22

Análise o dispositivo a seguir, extraído da Lei Orgânica do Município de Riachão do Jacuípe:

Art. 7º-B. Ao Município incumbe, na sua órbita de atuação, concretizar os objetivos expressos na Constituição da República Federativa do Brasil, dentre eles, a eleição de representantes para o Legislativo e para o Executivo, em responsabilidade e transparência de ação, garantindo amplo acesso dos meios de comunicação aos atos e informações, bem como a participação, fiscalização e controle popular, nos termos desta Lei Orgânica.

RIACHÃO DO JACUIPE (BA). Lei Orgânica do Município de Riachão do Jacuípe. Republicação. Diário Oficial Eletrônico da Câmara Municipal de Riachão do Jacuípe. 2018.

A compreensão do dispositivo permite concluir que a transparência da atuação municipal tem como finalidade principal

- A) assegurar a ampla divulgação dos atos administrativos, atribuindo aos meios de comunicação a responsabilidade institucional pela fiscalização permanente da gestão pública.

- B) possibilitar o acesso às informações públicas e favorecer a participação da sociedade no acompanhamento, na fiscalização e no controle da atuação do Município.
- C) garantir que o controle da Administração Pública seja exercido prioritariamente pelos representantes eleitos, cabendo à população acompanhar os resultados divulgados pelos órgãos públicos.
- D) condicionar a participação popular na fiscalização dos atos administrativos à autorização prévia da autoridade competente, preservando a organização interna da Administração.
- E) restringir os mecanismos de controle popular aos atos praticados pelo Poder Legislativo, por ser este o órgão diretamente representativo da população.

QUESTÃO 23

Considere que em razão do aumento da demanda por vagas na educação infantil, a Prefeitura do Município instituiu um programa para ampliar o atendimento às crianças em idade pré-escolar. Durante uma reunião administrativa, um servidor afirmou que a manutenção desses programas depende exclusivamente dos recursos financeiros municipais, não sendo admitida qualquer forma de cooperação entre os entes federativos.

Outro servidor discordou da afirmação e fundamentou seu entendimento no seguinte dispositivo da Lei Orgânica do Município de Riachão do Jacuípe:

Art. 8º. Compete ao Município prover a tudo quanto diga respeito ao seu peculiar interesse e ao bem-estar de sua população, cabendo-lhe, privativamente, dentre outras atribuições:

VII – manter, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, programas de educação pré-escolar e ensino fundamental.

RIACHÃO DO JACUIPE (BA). Lei Orgânica do Município de Riachão do Jacuípe. Republicação. Diário Oficial Eletrônico da Câmara Municipal de Riachão do Jacuípe. 2018.

Considerando o dispositivo apresentado, a conduta administrativa adequada deve

- A) manter os programas de educação pré-escolar e ensino fundamental, admitindo a cooperação financeira da União e do Estado.
- B) manter os programas de ensino infantil e fundamental, uma vez que a educação pré-escolar constitui atribuição exclusiva do Estado.
- C) buscar cooperação financeira da União e do Estado somente quando houver autorização prévia da Câmara Municipal.
- D) transferir à União a responsabilidade pela manutenção dos programas de educação pré-escolar e ensino fundamental.
- E) restringir a cooperação entre os entes federativos aos casos de insuficiência financeira do Município, por se tratar de medida excepcional.

Os princípios constitucionais da administração pública estão previstos no caput do artigo 37 da Constituição Federal de 1988. Eles estabelecem que a Administração Pública direta e indireta de qualquer dos Poderes e de todos os entes federativos deve obedecer aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

A partir da compreensão desses princípios da administração pública, considere que uma unidade municipal responsável pela análise de licenças e autorizações, em uma auditoria, identificou aumento expressivo do tempo de espera e ausência de informações públicas sobre a tramitação dos requerimentos e tratamentos distintos entre interessados em situações semelhantes.

Para reorganizar o serviço, a direção da unidade municipal apresentou as seguintes medidas:

- I. adotar sistema eletrônico de triagem que respeite a ordem cronológica e as prioridades previstas em lei, utilizando critérios objetivos previamente divulgados;
- II. disponibilizar painel público com prazos médios, critérios de análise e situação dos processos, preservados os dados pessoais e as informações legalmente protegidas;
- III. inserir no painel eletrônico o nome, a fotografia e o slogan institucional da autoridade responsável pela modernização do serviço;
- IV. autorizar os servidores a dispensar documentos obrigatórios quando considerarem relevante o interesse econômico ou social do requerente;
- V. estabelecer metas de redução do prazo de análise e revisar os fluxos de trabalho, sem eliminar etapas ou exigências estabelecidas pela legislação.

Após examinar os efeitos jurídicos e administrativos do conjunto de propostas, a comissão responsável deverá adotar as medidas

- A) I, III e V, pois a divulgação da autoridade responsável atende à publicidade, enquanto a definição de metas concretiza a eficiência administrativa.
- B) II, IV e V, pois a transparência dos processos e a busca por resultados autorizam a flexibilização de exigências formais em situações consideradas socialmente relevantes.
- C) I, IV e V, mantendo reservadas as informações sobre critérios e prazos até a conclusão dos processos, para evitar interferências externas na atuação administrativa.
- D) I, II e V, pois a melhoria dos resultados deve observar critérios legais e objetivos, transparência institucional, ausência de promoção pessoal e tratamento impessoal dos interessados.
- E) II, III e V e substituir a ordem cronológica por classificação definida pela direção, pois a eficiência permite priorizar requerimentos com maior impacto econômico para o Município.

Considere que o Município de Riachão do Jacuípe iniciou a revitalização da área central da cidade e decidiu reorganizar a circulação de veículos em um importante corredor urbano. Durante a execução das obras, surgiram as seguintes demandas:

instalação de nova sinalização de regulamentação e advertência nas vias municipais; definição de novos sentidos de circulação em algumas ruas; aplicação de penalidades aos condutores que desrespeitassem a sinalização provisória implantada durante a obra.

Na fase de planejamento, foram apresentadas diferentes interpretações sobre a atuação do Município. Para subsidiar a decisão administrativa, a equipe técnica consultou o seguinte dispositivo da Lei Orgânica do Município de Riachão do Jacuípe:

Art. 8º. Compete ao Município prover a tudo quanto diga respeito ao seu peculiar interesse e ao bem-estar de sua população, cabendo-lhe, privativamente, dentre outras atribuições:

XXI – disciplinar o trânsito local, sinalizando as vias urbanas e suas estradas municipais, instituindo penalidades e dispondo sobre a arrecadação das multas, especialmente as relativas ao trânsito urbano, observada a legislação pertinente.

RIACHÃO DO JACUIPE (BA). **Lei Orgânica do Município de Riachão do Jacuípe**. Republicação. Diário Oficial Eletrônico da Câmara Municipal de Riachão do Jacuípe. 2018.

Considerando a situação apresentada, a interpretação compatível com a competência municipal demonstra que

- A) o Município pode instalar a sinalização das vias urbanas, mas a criação de novos sentidos de circulação depende de autorização prévia do Estado.
- B) o Município pode organizar a circulação local, porém a aplicação de penalidades relacionadas ao trânsito urbano compete aos órgãos estaduais.
- C) a implantação de sinalização provisória durante obras públicas depende de ato conjunto do Município e da União, em razão da competência comum sobre o sistema viário.
- D) a arrecadação das multas decorrentes da fiscalização do trânsito urbano somente pode ocorrer mediante convênio específico celebrado com o Estado.
- E) o Município pode reorganizar a circulação nas vias urbanas, implantar a sinalização necessária, aplicar as penalidades cabíveis e arrecadar as multas correspondentes, desde que observe a legislação de trânsito aplicável.

* * *

AGENTE DE TRÂNSITO

PROVA DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS - Questões de 26 a 45

Para responder a essas questões, identifique APENAS UMA ÚNICA alternativa correta e marque a letra correspondente na Folha de Respostas.

QUESTÃO 26

Durante uma ação de fiscalização em uma via urbana, um condutor questionou a intervenção do agente, afirmando que a segurança no trânsito dependeria principalmente da prudência individual dos motoristas. No local, também circulavam pedestres e ciclistas, havia sinalização parcialmente encoberta e o fluxo de veículos exigia organização imediata.

À luz do Código de Trânsito Brasileiro, o esclarecimento prestado pelo agente deve destacar que a segurança no trânsito

- A) depende da atuação coordenada dos órgãos executivos responsáveis pela engenharia e fiscalização das vias, cabendo aos usuários adequar sua circulação às condições existentes até que as irregularidades sejam corrigidas.
- B) constitui direito de todos e dever dos órgãos e entidades que integram o Sistema Nacional de Trânsito, cuja atuação deve promover condições seguras de circulação para todos os usuários das vias.
- C) resulta da atuação compartilhada entre condutores e órgãos de trânsito, competindo aos pedestres e ciclistas observar as regras destinadas à circulação de veículos quando inexistirem normas específicas.
- D) decorre prioritariamente da observância das normas de circulação pelos condutores, cabendo aos órgãos de trânsito intervir quando houver comprometimento da fluidez ou ocorrência de infrações.
- E) exige a atuação integrada dos órgãos do Sistema Nacional de Trânsito, permanecendo a organização da circulação cotidiana sob responsabilidade exclusiva dos usuários da via.

QUESTÃO 27

Durante uma ação de orientação promovida pela Superintendência Municipal de Trânsito, três cidadãos apresentaram demandas distintas.

Demanda	Situação apresentada
I	Solicitação de recuperação da sinalização horizontal desgastada em uma via urbana municipal.
II	Regularização do registro e da transferência de propriedade de um veículo.
III	Interposição de recurso contra penalidade aplicada pelo órgão executivo municipal de trânsito.

Após analisar cada situação, o agente deve orientar corretamente que

- A) a demanda I seja encaminhada ao órgão executivo municipal de trânsito; a II, ao órgão executivo de trânsito do Estado; e o recurso da demanda III seja interposto perante a autoridade que aplicou a penalidade, que o remeterá à Junta Administrativa de Recursos de Infrações, se tempestivo.
- B) a demanda I seja encaminhada ao órgão executivo municipal de trânsito; a II, ao órgão executivo de trânsito do Estado; e a III, ao Conselho Estadual de Trânsito, por exercer funções relacionadas ao julgamento de recursos administrativos.
- C) a demanda I seja encaminhada ao órgão executivo rodoviário municipal; a II, ao órgão executivo de trânsito do Estado; e a III, à Junta Administrativa de Recursos de Infrações constituída no âmbito do respectivo órgão autuador.
- D) a demanda I seja encaminhada ao órgão executivo municipal de trânsito; a II, ao órgão executivo rodoviário da União, responsável pelo cadastro nacional de veículos; e a III, à Junta Administrativa de Recursos de Infrações.
- E) a demanda I seja encaminhada ao órgão executivo municipal de trânsito; a II, ao órgão executivo de trânsito do Estado; e a III, à autoridade que aplicou a penalidade, para reapreciação administrativa antes do encaminhamento à Junta Administrativa de Recursos de Infrações.

Durante uma operação de fiscalização, um agente de trânsito constatou que um caminhão permaneceu estacionado em local proibido, bloqueando parcialmente a faixa de circulação e comprometendo a passagem de ônibus e de veículos de emergência. O condutor recusou-se a retirar o veículo, alegando que a adoção de qualquer medida dependeria da presença da Polícia Militar.

Considerando as competências dos órgãos executivos de trânsito e o exercício do poder de polícia administrativa previsto no Código de Trânsito Brasileiro, a providência mais adequada é

- A) registrar a ocorrência e solicitar apoio da Polícia Militar para acompanhar a fiscalização, condicionando a adoção das medidas administrativas à chegada da equipe policial.
- B) lavrar o auto de infração, determinar ao condutor a imediata desobstrução da via e, persistindo a irregularidade, adotar as medidas administrativas previstas na legislação, observadas as competências do órgão com circunscrição sobre a via.
- C) lavrar o auto de infração e comunicar o órgão executivo estadual de trânsito para que este delibere sobre a necessidade de remoção do veículo, considerando tratar-se de medida administrativa de maior gravidade.
- D) organizar temporariamente o fluxo de veículos até a normalização da circulação, deixando a adoção das medidas administrativas para momento posterior, após manifestação da autoridade de trânsito.
- E) priorizar a liberação da faixa de circulação mediante negociação com o condutor, restringindo a atuação administrativa ao registro da ocorrência caso ele permaneça recusando a retirada do veículo.

Durante a vistoria de uma avenida recentemente revitalizada, o Agente de Trânsito constatou que uma placa de regulamentação que proibia a conversão à esquerda estava parcialmente encoberta pela vegetação. A marca viária relacionada à organização do cruzamento permanecia visível, mas foram registrados comportamentos incompatíveis com a regulamentação estabelecida para o local.

Diante das condições observadas, a providência que melhor preserva a função da sinalização e a segurança dos usuários da via é

- A) reforçar temporariamente a sinalização horizontal e acompanhar o comportamento dos condutores até que a manutenção periódica da vegetação alcance o trecho vistoriado.
- B) implantar sinalização de advertência nas proximidades do cruzamento, mantendo a placa de regulamentação encoberta até que seja realizada avaliação sobre sua permanência no local.
- C) comunicar a necessidade de restabelecimento da visibilidade da placa e adotar medidas operacionais de orientação e controle enquanto persistir a limitação de percepção da regulamentação.

- D) transferir provisoriamente a regulamentação para outro ponto da aproximação, ainda que a nova posição altere o campo de visão originalmente considerado no projeto viário.
- E) manter a configuração existente e intensificar a fiscalização das condutas observadas, utilizando a presença do agente como referência para o cumprimento da regra.

Após o recapeamento de uma avenida de mão dupla, a empresa responsável aplicou linha longitudinal branca contínua no eixo central da pista. Durante a vistoria, o agente de trânsito constatou que a marca separava fluxos de veículos que circulavam em sentidos opostos e que alguns condutores passaram a interpretá-la como divisão entre faixas do mesmo sentido.

Para restabelecer a correta comunicação da sinalização horizontal, o agente deve registrar que a linha central seja

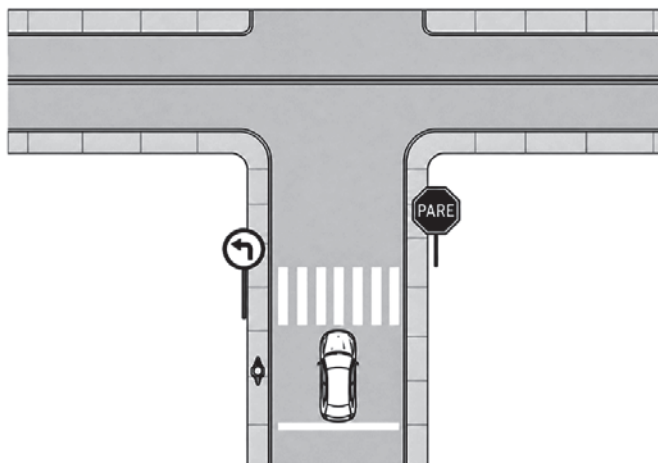
- A) mantida na cor branca e reforçada com dispositivos refletivos, preservando o padrão contínuo para indicar a restrição de transposição entre os fluxos.
- B) substituída por linha branca seccionada nos segmentos com condições favoráveis à manobra, mantendo-se contínua nas proximidades dos cruzamentos.
- C) acompanhada por linha amarela seccionada paralela, de modo que a combinação das duas marcas diferencie os sentidos de circulação e as possibilidades de transposição.
- D) repintada na cor amarela, preservando-se o padrão contínuo nos trechos em que a transposição entre fluxos de sentidos opostos deva permanecer proibida.
- E) convertida em duas linhas brancas contínuas, ampliando a percepção da separação entre os sentidos sem modificar a organização longitudinal da via.

Em um cruzamento semaforizado de grande fluxo, uma pane elétrica interrompeu temporariamente o funcionamento de todos os grupos focais. Enquanto a equipe de manutenção era acionada, formaram-se retenções nas aproximações e alguns condutores passaram a avançar simultaneamente sobre a área de conflito, elevando o risco de sinistros.

Diante das condições observadas, a intervenção inicial do Agente de Trânsito deve

- A) orientar os condutores a aplicar as regras ordinárias de preferência do cruzamento, intervindo diretamente quando o fluxo apresentar nova retenção.
- B) bloquear as aproximações com maior volume de veículos e manter abertas as vias secundárias até que o equipamento semafórico volte a funcionar.
- C) organizar a passagem conforme a ordem de chegada dos veículos, alternando os movimentos quando houver equilíbrio entre as filas formadas.
- D) preservar o fluxo da via com maior capacidade, utilizando gestos de orientação para inserir gradualmente os veículos provenientes das demais aproximações.
- E) assumir o controle operacional do cruzamento por meio de gestos regulamentares, interromper e liberar alternadamente os movimentos conflitantes e ajustar a operação às condições do fluxo até o restabelecimento da sinalização.

Observe o croqui viário a seguir, elaborado sem escala.

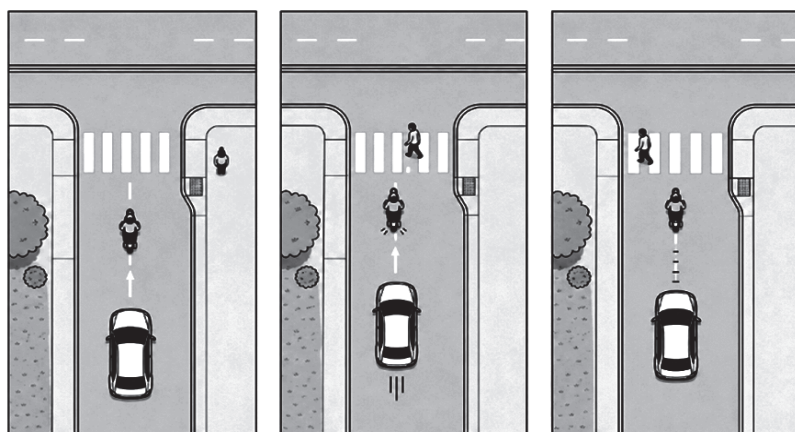


Durante uma fiscalização, o agente constatou que um veículo proveniente da via secundária avançou além da linha de retenção sem efetuar a parada obrigatória no ponto indicado e permaneceu imobilizado entre essa marca e a faixa destinada à travessia de pedestres enquanto aguardava oportunidade para ingressar na via principal. Verificou ainda que alguns condutores deixavam de observar a direção determinada pela sinalização vertical existente na aproximação do cruzamento.

Considerando conjuntamente a sinalização horizontal, a sinalização vertical e as normas de circulação previstas no Código de Trânsito Brasileiro, a providência mais compatível com a segurança viária é

- A) orientar o condutor a manter livre a faixa de pedestres e a ingressar na via principal somente quando houver condições de segurança, além de adotar as providências de fiscalização cabíveis diante do desrespeito à parada obrigatória e à direção indicada pela sinalização.
- B) priorizar a liberação do fluxo de veículos na via principal, permitindo que o veículo permaneça entre a linha de retenção e a faixa de pedestres até surgir condição favorável para a conversão.
- C) considerar suficiente a existência da linha de retenção para afastar a necessidade de intervenção quanto à inobservância da parada obrigatória no cruzamento.
- D) manter a circulação conforme observada, pois a sinalização horizontal prevalece sobre a sinalização vertical quando ambas disciplinam o mesmo movimento.
- E) determinar a retirada da placa de regulamentação para uniformizar a circulação com as manobras realizadas pelos condutores naquele local.

Observe a sequência ilustrada a seguir:



Os três quadros representam momentos sucessivos da aproximação de um veículo e de uma motocicleta a uma faixa de travessia de pedestres. À medida que a distância em relação ao cruzamento diminui, um pedestre inicia a travessia, modificando progressivamente as condições de circulação.

Considerando a evolução da situação representada e os princípios da direção defensiva, a conduta que melhor contribui para a prevenção de sinistros é

- A) manter velocidade compatível com o fluxo, preservando a trajetória inicialmente adotada e reduzindo a velocidade apenas se o pedestre interromper completamente a marcha sobre a faixa.
- B) reduzir progressivamente a velocidade, ampliar a distância de segurança em relação aos demais veículos, acompanhar simultaneamente os movimentos do pedestre e da motocicleta e preparar-se para interromper a marcha, se necessário.
- C) aproximar-se da motocicleta para reduzir o espaço disponível para mudanças de trajetória, preservando a fluidez da circulação durante a travessia do pedestre.
- D) utilizar sinais sonoros para advertir o pedestre e concluir a aproximação antes que a travessia alcance a metade da faixa.
- E) deslocar o veículo para a lateral da faixa de circulação, ultrapassando a motocicleta antes da área de conflito para reduzir o tempo de exposição ao cruzamento.

QUESTÃO 34

Em uma via arterial com velocidade máxima regulamentada de 60 km/h, um condutor trafegava sob chuva intensa quando percebeu, alguns metros à frente, a formação de uma lâmina d'água sobre o pavimento. Havia um veículo à sua frente, e o fluxo na faixa adjacente impedia uma mudança segura de direção.

Diante da redução de aderência e da possibilidade de aquaplanagem, a conduta defensiva adequada é

- A) conservar a velocidade até a aproximação da lâmina d'água e realizar frenagem progressiva durante a travessia, mantendo o veículo alinhado com o automóvel à frente.
- B) reduzir a velocidade por meio de frenagem firme antes do trecho alagado e manter leve pressão sobre o pedal de freio para preservar a estabilidade durante a passagem.
- C) diminuir a velocidade e aproximar-se do veículo à frente, utilizando sua trajetória como referência para identificar a região do pavimento com maior aderência.
- D) aliviar o acelerador ao alcançar a lâmina d'água e corrigir imediatamente a direção caso o veículo apresente deslocamento lateral.
- E) reduzir gradualmente a velocidade antes do trecho, ampliar a distância em relação ao veículo à frente, evitar frenagens e movimentos bruscos e manter o controle direcional durante a travessia.

QUESTÃO 35

No horário de saída dos estudantes de uma escola, o centro de monitoramento registrou aumento da circulação de veículos e pedestres em uma rotatória próxima. Um dos acessos estava parcialmente interditado por uma obra, uma ambulância aproximava-se em atendimento de emergência e havia faixa exclusiva para ônibus, além de diferentes pontos de conflito entre os fluxos. Diante desse cenário, o Agente de Trânsito deve definir uma intervenção capaz de preservar a segurança viária, reduzir os conflitos operacionais e manter a mobilidade do sistema.

A decisão operacional mais compatível com as atribuições do cargo consiste em

- A) redistribuir temporariamente parte dos fluxos para as aproximações menos carregadas, preservar prioridade à ambulância, reforçar a proteção das travessias de pedestres, manter a interdição da área em obras e realizar controle operacional da rotatória até a normalização da circulação.
- B) priorizar a liberação do congestionamento na rotatória, mantendo a circulação de pedestres sob monitoramento e permitindo que a ambulância utilize a faixa exclusiva destinada ao transporte coletivo apenas se houver autorização do órgão gestor.
- C) suspender temporariamente a travessia de pedestres nas faixas próximas à escola, direcionando toda a capacidade operacional para a rápida dissipação das filas formadas na rotatória.
- D) permitir que os veículos particulares utilizem provisoriamente a faixa exclusiva de ônibus e o trecho parcialmente interditado, desde que a circulação ocorra em baixa velocidade e sob orientação dos agentes.
- E) manter os fluxos originalmente estabelecidos, restringindo a atuação ao acompanhamento da ambulância, por se tratar da única situação que exige prioridade operacional imediata.



Durante o planejamento de uma campanha municipal, o material foi destinado à divulgação em escolas, repartições públicas e locais de grande circulação de pessoas. Após analisar o cartaz, um Agente de Trânsito foi solicitado a identificar sua finalidade comunicativa predominante.

Considerando a organização das informações verbais e visuais presentes no material, conclui-se que o cartaz tem como finalidade principal

- orientar especificamente a circulação no entorno das escolas, concentrando suas recomendações na travessia de estudantes e na redução da velocidade dos veículos.
- apresentar recomendações voltadas prioritariamente aos condutores de veículos automotores, concentrando a campanha nas condutas exigidas durante a direção.
- synetizar normas de circulação e conduta cuja observância constitui requisito para a aplicação uniforme das medidas fiscalizatórias pelos agentes de trânsito.
- estimular a adoção de atitudes responsáveis entre os diferentes usuários das vias, associando escolhas individuais à construção de um ambiente coletivo mais seguro para a circulação.
- difundir procedimentos operacionais destinados às equipes responsáveis pela fiscalização e pela organização cotidiana do trânsito urbano.

Durante a Semana Nacional do Trânsito, uma escola municipal solicitou apoio do órgão executivo de trânsito para desenvolver uma atividade com estudantes do Ensino Fundamental. A direção informou que muitos alunos atravessavam a via em locais inadequados e que alguns responsáveis realizavam embarque e desembarque em fila dupla nos horários de entrada e saída.

Após visita técnica, o Agente de Trânsito verificou que a sinalização da via estava em boas condições e que as situações de risco decorriam principalmente dos hábitos adotados por estudantes e responsáveis.

Diante do diagnóstico realizado, a estratégia educativa mais compatível com a atuação institucional do Agente de Trânsito é

- desenvolver ação participativa com estudantes, responsáveis e equipe escolar, articulando orientações sobre travessia, embarque e desembarque seguros com atividades permanentes de educação para o trânsito.
- iniciar uma campanha de orientação dirigida aos responsáveis pelos veículos, acompanhada de monitoramento dos horários de maior fluxo e posterior avaliação dos comportamentos dos estudantes.
- organizar demonstrações práticas com os estudantes sobre o uso da faixa de pedestres, deixando as condutas de embarque e desembarque sob acompanhamento da direção escolar.
- combinar fiscalização orientadora nos horários críticos com intervenções temporárias na circulação, avaliando a implantação de atividade educativa após a estabilização do fluxo.
- promover palestras periódicas para a comunidade escolar, concentrando o conteúdo nas responsabilidades dos condutores durante o transporte e a entrega dos estudantes.

Durante o atendimento inicial a um sinistro de trânsito, o agente registrou as seguintes informações:

Elemento observado	Registro
Vítima	Motociclista consciente, com capacete e queixa de dor intensa no pescoço
Posição	Deitado sobre a pista, em área já protegida da aproximação dos veículos
Local	Curva com visibilidade reduzida e fluxo contínuo
Veículo	Motocicleta caída, sem princípio de incêndio ou vazamento aparente
Socorro especializado	Ainda não acionado

Considerando os dados registrados e os cuidados iniciais diante de possível lesão cervical, a atuação adequada do agente consiste em

- ampliar a sinalização da ocorrência, retirar cuidadosamente o capacete para avaliar a região cervical e manter a vítima deitada até a chegada do socorro.

- B) proteger a área, verificar se a vítima consegue movimentar os membros e auxiliá-la a deslocar-se para uma posição mais confortável fora da pista.
- C) sinalizar e proteger o local, acionar o serviço de emergência com informações precisas, evitar a movimentação da vítima e a retirada do capacete e acompanhá-la até a chegada da equipe especializada.
- D) manter a vítima na posição encontrada, remover a motocicleta da área de circulação e aguardar a chegada de outra equipe antes de acionar o serviço de emergência.
- E) proteger a área, manter contato verbal com a vítima e oferecer pequena quantidade de água enquanto são coletadas as informações necessárias ao acionamento do socorro.

QUESTÃO 39

Durante uma ocorrência com duas vítimas, o Agente de Trânsito verificou que uma delas estava consciente e a outra permanecia no interior do veículo. Havia óleo sobre a pista, fluxo intenso e ausência de sinais de incêndio. Após sinalizar e proteger a área, o agente iniciou o contato com o serviço de emergência.

Para que a comunicação permita à central avaliar corretamente a ocorrência e dimensionar o atendimento, o agente deve

- A) informar a localização, o número de veículos envolvidos e a existência de óleo sobre a pista, deixando a avaliação das vítimas para a equipe que chegar ao local.
- B) comunicar a localização exata, o número de vítimas, o estado aparente de cada uma, a permanência de pessoa no interior do veículo e os riscos existentes, mantendo-se disponível para responder às perguntas e seguir as orientações da central.
- C) relatar inicialmente o estado da vítima consciente e a condição do tráfego, complementando as informações sobre a pessoa no interior do veículo após a chegada da primeira equipe de apoio.
- D) solicitar o envio de ambulância, equipe policial e recurso para remoção do óleo, indicando à central quais serviços devem ser mobilizados para cada necessidade observada.
- E) transmitir os dados sobre as vítimas e os veículos envolvidos, aguardando a confirmação do deslocamento da equipe antes de informar os riscos presentes na pista.

QUESTÃO 40

Observe o painel de situação operacional a seguir.



Durante o atendimento da ocorrência representada, o Agente de Trânsito precisava organizar a atuação da equipe enquanto o serviço de emergência e a viatura de apoio se deslocavam para o local. As condições registradas exigiam compatibilizar a proteção da vítima, a segurança dos demais usuários e a continuidade controlada da circulação.

Considerando conjuntamente as informações do painel, a decisão operacional mais adequada consiste em

- A) proteger e sinalizar a área do sinistro, reorganizar temporariamente os fluxos diante da obra e do congestionamento, preservar a travessia de pedestres, manter comunicação com a central e ajustar a operação conforme a evolução do cenário até a chegada do atendimento especializado.
- B) ampliar o isolamento em torno da motocicleta e manter a configuração original dos fluxos, direcionando a equipe para impedir aproximações da vítima até a chegada do serviço de emergência.

- C) priorizar a redução das filas por meio da liberação gradual da faixa afetada pela obra, mantendo a sinalização do sinistro e interrompendo a travessia de pedestres nos momentos de maior retenção, até a chegada do atendimento especializado.
- D) concentrar a equipe na proteção da vítima e na preservação da posição dos veículos envolvidos, utilizando a viatura de apoio, quando chegar, para reorganizar a circulação e reduzir o congestionamento.
- E) estabelecer um desvio temporário para afastar os veículos da área do sinistro, preservando a faixa de pedestres e deixando a comunicação com a central para os momentos em que houver alteração relevante no estado da ocorrência.

QUESTÃO 41

Durante uma operação de fiscalização em área central do município, uma equipe de Agentes de Trânsito abordou um caminhão que realizava entrega de mercadorias. O veículo estava estacionado em local sinalizado com proibição de parada e estacionamento, e parte da carga havia sido colocada sobre a calçada, reduzindo o espaço destinado aos pedestres. O fluxo de estudantes era intenso em razão do encerramento do turno escolar. Não havia risco de queda da carga, e o condutor informou que concluiria a descarga em poucos minutos.

Diante das condições constatadas, a atuação compatível com a fiscalização, a mobilidade e a segurança dos usuários da via é

- A) reorganizar a circulação de pedestres e veículos no entorno, registrar a irregularidade e encaminhar a decisão sobre a interrupção da descarga à autoridade de trânsito responsável pela área.
- B) permitir que o condutor conclua a descarga, desde que a equipe organize provisoriamente a passagem dos pedestres e determine a saída imediata do veículo ao término da atividade.
- C) autuar o veículo e manter a descarga sob acompanhamento da equipe, promovendo controle temporário do fluxo até que a calçada e a faixa de circulação sejam liberadas.
- D) determinar a remoção da carga da calçada e admitir a permanência momentânea do caminhão, desde que o condutor mantenha livre parte da faixa e conclua a operação no tempo informado.
- E) interromper a descarga, determinar a liberação da calçada e a retirada do caminhão, adotar as medidas administrativas cabíveis e orientar o condutor a utilizar local regulamentado para a operação.

QUESTÃO 42

Durante a revisão dos procedimentos de fiscalização, a coordenação municipal comparou a ficha operacional utilizada pela equipe com a regulamentação nacional vigente.

Documento consultado	Situação encontrada
Ficha operacional municipal (2022)	Elaborada com base na versão vigente do MBFT à época.
Resolução CONTRAN nº 985/2022	Aprova o Manual Brasileiro de Fiscalização de Trânsito (MBFT).
Alterações posteriores à Resolução CONTRAN nº 985/2022	Alteram dispositivos e fichas integrantes do MBFT e devem ser consideradas na fiscalização.
Rotina observada	Parte da equipe continua utilizando a ficha municipal sem conferir as alterações posteriores.

Ao realizar a fiscalização, o agente identificou divergência entre a ficha operacional utilizada pelo município e o procedimento previsto na versão vigente do MBFT.

Nessa situação, a conduta tecnicamente mais compatível com a legalidade e a uniformidade da fiscalização consiste em

- A) aplicar o procedimento previsto na ficha municipal, registrando a divergência em relatório interno para atualização futura dos documentos utilizados pela equipe.
- B) empregar o procedimento previsto no MBFT vigente, comunicar formalmente a divergência identificada e encaminhar proposta de atualização da ficha operacional utilizada pelo órgão.
- C) implementar o procedimento mais favorável ao administrado enquanto persistir a divergência entre os instrumentos internos e a regulamentação nacional.
- D) adotar o procedimento previsto na ficha municipal até que seja concluída a revisão administrativa dos documentos internos, fazendo constar no auto de infração a existência da divergência normativa.
- E) suspender a lavratura do auto de infração sempre que houver diferença entre a ficha operacional utilizada pelo órgão e a versão mais recente do MBFT.

Durante um evento cultural realizado em uma praça, um trecho próximo foi interditado com barreiras de canalização, mantendo-se um desvio temporário, um ponto de ônibus provisório e um corredor reservado aos veículos de emergência. O Agente de Trânsito constatou que alguns condutores deslocavam as barreiras para acessar o trecho interditado e que, com o aumento do fluxo de pessoas, ocorriam travessias fora das áreas sinalizadas.

Diante das condições representadas, a intervenção operacional adequada consiste em

- A) reposicionar as barreiras no acesso interditado, reforçar a orientação aos pedestres nas áreas de travessia e manter o desvio, liberando o corredor de emergência quando houver solicitação de passagem.
- B) redistribuir as barreiras para ampliar a passagem de veículos na avenida principal, concentrando a travessia de pedestres na área mais próxima ao evento.
- C) permitir o uso controlado do acesso interditado por moradores e veículos de serviço, mantendo as barreiras nos períodos de maior circulação de pedestres.
- D) restabelecer e reforçar a canalização prevista no plano operacional, orientar veículos e pedestres conforme os fluxos definidos, preservar continuamente o corredor de emergência e adotar as medidas administrativas cabíveis diante do descumprimento da sinalização temporária.
- E) manter o desvio e o corredor de emergência, substituindo a intervenção fiscalizatória por orientação verbal até que os usuários se adaptem à organização implantada.

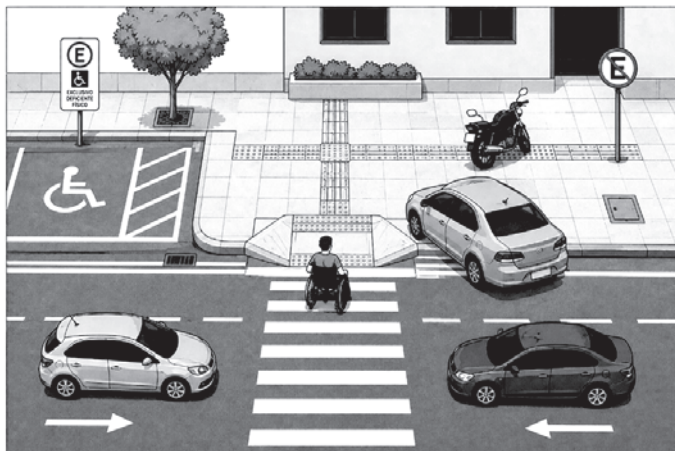
Durante uma fiscalização de rotina, um condutor discordou da atuação e passou a registrar toda a atuação do Agente de Trânsito por meio do telefone celular. Em seguida, informou que divulgaria as imagens nas redes sociais para questionar a legalidade da abordagem e exigiu a interrupção imediata do procedimento administrativo.

A abordagem ocorreu em via pública, sem risco à integridade dos envolvidos e sem interferência inicial na execução da fiscalização.

Nessas condições, a atuação mais compatível com os princípios da Administração Pública e com os deveres funcionais do Agente de Trânsito consiste em

- A) prosseguir normalmente com a fiscalização, informar ao condutor que o registro da atuação não impede a prática dos atos administrativos e intervir apenas se a gravação passar a comprometer a segurança da equipe, dos usuários da via ou a execução da fiscalização.
- B) concluir apenas a fase de orientação da abordagem, adiando a lavratura do auto até que cesse a gravação, a fim de evitar questionamentos futuros quanto à imparcialidade do procedimento.

- C) permitir a gravação somente após identificar formalmente o responsável pelo registro e registrar essa informação no procedimento administrativo.
- D) interromper temporariamente a fiscalização e solicitar apoio de outra equipe para acompanhar a gravação antes da continuidade dos atos administrativos.
- E) prosseguir com a fiscalização, restringindo o registro audiovisual apenas das etapas relacionadas à identificação funcional do agente, preservando as demais fases da abordagem.



Durante patrulhamento preventivo, um Agente de Trânsito constatou que os deslocamentos representados na imagem em destaque estavam comprometidos pela ocupação irregular de espaços destinados à acessibilidade. No momento da fiscalização, uma pessoa em cadeira de rodas aguardava para realizar a travessia da via.

Considerando a proteção dos usuários vulneráveis e as atribuições fiscalizatórias do Agente de Trânsito, a intervenção adequada consiste em

- A) determinar a retirada do automóvel que obstrui o rebaixamento da calçada e da motocicleta posicionada sobre o piso tátil, assegurar condições para a travessia da pessoa em cadeira de rodas e adotar as medidas administrativas cabíveis diante das irregularidades constatadas.
- B) priorizar a retirada do automóvel da área de travessia e manter a motocicleta no local até a localização do condutor, orientando provisoriamente os pedestres a contornarem o obstáculo.
- C) restabelecer inicialmente o acesso à rampa, organizar a travessia da pessoa em cadeira de rodas e encaminhar a obstrução do piso tátil ao setor municipal responsável pela conservação das calçadas.
- D) orientar os responsáveis pelos veículos a desobstruírem os espaços destinados à acessibilidade e deixar de registrar as infrações caso eles atendam imediatamente à determinação, pois a regularização no local afasta as penalidades previstas.
- E) interromper temporariamente o fluxo veicular para possibilitar a travessia segura, mantendo os veículos nas posições observadas até que seus condutores compareçam ao local.
